

ATA 25/2018 – ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PELOTAS. No dia 31 de Outubro de 2018, conforme a convocação o Plenário do Conselho reuniu-se no auditório da Casa dos Conselhos, para a 25ª Assembleia ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Pelotas - CMSPel, com a seguintes pauta **1. Contratualização com o Hospital da Santa Casa de Misericórdia; 2. Homologação ou não sobre a nova composição da Mesa Diretora do CMS e encaminhamentos referentes à 1ª Vice Coordenadora; 3. Encaminhamentos referentes à Conferência Municipal de Saúde; 4. Exoneração de entidades da composição do Plenário do conselho; 5. Nova proposta descarte de recortes de jornais arquivados no CMS.** Estiveram presentes 22 conselheiros (as) 5 e visitantes que assinaram o livro de registros das presenças. Após conferir o quórum, às 19 horas, em segunda chamada, o conselheiro Luiz Guilherme Belletti, Coordenador da Mesa Diretora, com o auxílio da Secretária da Assembleia Tânia Bighetti deram início a reunião. O Coordenador da Mesa de antemão explica que não terá informes, pois a reunião é extraordinária. **1. Contratualização com o Hospital da Santa Casa de Misericórdia.** A Secretária da Plenária enuncia o parecer da Comissão Técnica e de Finanças. O plenário aprovou a proposta apresentada pela SMS referente ao termo de ajustes da contratualização até 31/01/2020, com as recomendações, e observações a seguir: 1) De o hospital continuar as tratativas para retornar o serviço da maternidade, pelas necessidades locais, e por ser uma instituição com características de hospital geral; 2) De os leitos clínicos estarem disponíveis ao serviço de Regulação Municipal; 3) De a SMS chamar uma reunião com os hospitais, para ajustes na Regulação dos Leitos Clínicos, e outros, se necessário; 4) De o Hospital da Santa Casa avaliar a possibilidade de realizar os procedimentos de LEOC; Das Observações: 1) Os valores previstos poderão ser aditivados, pela SMS, após o Hospital retomar a prestação dos serviços que até o momento estão em suspensos (maternidade, leitos clínicos, consultas, exames e outros); 2) Dentro dos encaminhamentos atuais, fica estabelecido a cedência de leitos, da Ala Santo Antonio Dois, ao Hospital Escola da UFPEL; 3) Entre os leitos clínicos, está previsto a disponibilização de 3 leitos de isolamento (1 pediatra e 2 adultos). A Sra. Estela Petrucci representante da Secretaria Municipal de Saúde inicia o ponto de pauta solicitando a correção no Boletim Informativo (De Olho), a contratualização não vai até 31/12/2019, e sim até 31/01/2020 é quando encerram os cinco anos de convênio. A Secretária de Saúde, Ana Costa falando posteriormente expõe a situação do Hospital Santa Casa a qual é de conhecimento de todos conselheiros, pois vem tendo problemas no seu cumprimento de produção. A lógica que utilizamos foi pensar se o serviço da maternidade saiu da computação dos valores da contratualização, o Conselho de Saúde, assim como Secretaria de Saúde querem continuar com a Santa Casa com a possibilidade de abertura, combinamos com a Procuradoria Geral do Município constar uma cláusula no contrato para se fazer o aditivo ou no caso da Santa Casa conseguir produzir mais, dentro do limite do teto, poderemos proceder o pagamento. Com esta negociação permite a recuperação do hospital sem prejudicar o município, no sentido de pagar, em especial, os valores prefixados coisas que de antemão sabemos a Santa Casa não estava cumprindo. Para melhor entendimento a Secretária Ana Costa explica que pós fixado é mediante à produção, então pactuar o teto a maior, não é um problema, pois somente receberá efetivamente o que produzir. Entretanto, no prefixado fazemos uma média da produção, tanto é que hospital recebe primeiro e se caso em três meses não atingir a produção, é descontado. Diante da produção que vinha de uma situação complicada até o momento atual, vimos não ser possível contratualizar na totalidade o prefixado, pagaríamos de antemão uma ideia que talvez não pudesse ser cumprida, então pactuamos um pouco a menor, mas com a possibilidade aumento a qualquer tempo, até chegar no valor teto, essa foi maneira de não prejudicar o município, ponto de vista financeiro, e também para oportunizar a

Santa Casa de colocar leitos a disposição. A Sra. Ana Costa lembra que o contrato denunciado da traumatologia fica sem efeito, portanto, repassaremos os R\$ 170.000,00 ao setor de traumatologia, no entanto, fica condicionada a presença de Auditoria regular, acordado entre a Secretaria de Saúde e Santa Casa, para acompanharmos, e caso consigamos proceder alguma economia, sem prejuízo de serviço, reduziríamos esse repasse condicionado à avaliação. Outro diferencial é a não contratualização da maternidade, já que, não chegamos ao consenso, então não adiantava esperar, então optamos por contratualizar e seguir discutindo, e também o retorno dos leitos clínicos que é um grande problema, onde temos mais de 30 leitos fechados, retornaríamos com 20 leitos, com a possibilidade de retornar os 10 em breve, nesse caso, seria um ganho diante da situação de crise momentânea. O Coordenador da Mesa, Luiz Belletti, acrescenta que a quantidade total de leitos 73 leitos são cirúrgicos, sendo 34 para a traumatologia e 39 para outras cirurgias. Os leitos são até 50, mas hoje esta em torno de 20, pode chegar a 60 de acordo com Administrador da Santa Casa, Mário Pontes, ainda esse mês passe a 60 leitos clínicos, sendo que a grande maioria é direcionada ao Pronto Socorro e 18 em pediatria e os leitos de UTI continuam iguais. A Sra. Estela Petrucci representante da Secretaria Municipal de Saúde explica que são outros procedimentos que computam que somam com as AIHs de média complexidade para fechar os valores pré fixado, ou seja, basicamente foi esses procedimentos junto com as AIH (Autorização de Internação Hospitalar) que contratualizamos exatamente, considerando a média de produção do hospital com a possibilidade de o mesmo apresentar, mensalmente, até o limite contratualizado do ano passado, podendo aditivar no momento que conseguir fazer uma série histórica. A Sra. Estela Petrucci enfatiza que o incentivo das diárias da UTI do Estado deixou de ser prefixado para pós- fixado, pois o Estado esta repassando esse recurso atrelado a taxa de ocupação. A Secretária de Saúde, Ana Costa, agrega dizendo que o que une é a porta de entrada da traumatologia, redução da produção, evidentemente mudou de lugar, em todos os hospitais, o recurso do incentivo das diárias da UTI que mudou, através de uma Portaria, para pós fixado. O Administrador da Santa Casa, Mário Pontes, faz um breve relato da apresentação, comentando que foi esclarecedor, entre todas as contratualizações que ocorreram, nesta os hospitais compreenderam a necessidade de cada hospital tem um papel importante, onde um hospital falhar sobrecarregará os demais, não é um simples ganho financeiro, porque onde ganhamos financeiramente com o SUS, automaticamente o custo aumenta, dessa forma, agradeço a compreensão de todos. Acrescento um detalhe em relação aos leitos, esta acordado, abriremos 10 leitos por semana, ou seja, em 3 semanas conseguiremos abrir os 30 leitos. Em relação ao LEOC será uma tentativa, contaremos com a boa vontade dos profissionais em realizar o procedimento que não será de imediato, as tratativas iniciaram em breve. O Coordenador da Mesa explica que o procedimento de LEOC é o tratamento de cálculos renais. A conselheira Jacqueline Dutra representante do SINURGS sobre a lúpsia independente de ter a extracorpórea deve ter a de apoio, já que a extracorpórea não elimina totalmente a outra, em alguns casos é necessário fazer as duas, então tem pensar nisso de alguma forma, porque o paciente pode evoluir de um extracorpórea para uma convencional, de qualquer deverá ter algum serviço para absorver. Outra questão é ver a forma ficará esse acompanhamento, para o usuário, como será o acompanhamento dessas negociações com a Santa Casa de realização de procedimentos de alta complexidade, como será acompanhado no sentido de avaliar se precisa migrar outro prestador. A Secretária de Saúde, Ana Costa, comenta sobre o procedimento lúpsia pode ser feito no Hospital Escola. O acompanhamento é feito através da CAC (Comissão de Acompanhamento da Contratualização), a definição da imigração ocorrerá aqui, isto é, avaliamos nos 3 meses e que não haja nenhuma evolução, o Conselho de Saúde acompanhará, por exemplo, o setor de cardiologia, quando a Santa Casa não conseguiu fazer os procedimentos, a Beneficência Portuguesa fez e a

Secretaria de Saúde autorizou o pagamento. Se contratualizarmos com a Beneficência Portuguesa a Santa Casa perderá a chance de retornar o serviço. É importante dizer que não se tem capacidade para outro hospital absorver, por exemplo, o setor de traumatologia, nenhum outro hospital tem espaço físico para abraçar. Outro exemplo no setor da oncologia, o Hospital Escola quando estragou o aparelho, a Santa Casa absorveu o serviço temporariamente. Sendo assim, os usuários estão sendo atendido onde há capacidade de outro prestador assumir temporariamente. Após os esclarecimentos o Coordenador da Mesa encaminha para votação o parecer da Comissão Técnica e Finanças com adendo de o CMS acompanhar o serviço de auditoria operacional para averiguar o serviço e o custeio do mesmo e também de avaliar dentro de 90 dias a evolução dos serviços do Hospital Santa Casa e caso não sejam atingidos se trará para nova discussão e encaminhamentos a outros prestadores. Portanto, as recomendações são: 1) De o hospital continuar as tratativas para retornar o serviço da maternidade, pelas necessidades locais, e por ser uma instituição com características de hospital geral; 2) Caso o Hospital não consiga restabelecer as metas de diversos serviços pactuadas, até 31 de outubro de 2018, em até 90 dias a SMS deverá procurar a oferta destes serviços, junto a outros prestadores; 3) De os leitos clínicos estarem disponíveis ao serviço de Regulação Municipal; 4) De a SMS chamar uma reunião com os hospitais, para ajustes na Regulação dos Leitos Clínicos, e outros, se necessário; 5) De o Hospital da Santa Casa avaliar a possibilidade de realizar os procedimentos urológicos de LEOC; 6) Do serviço da traumatologia ter um acompanhamento por serviço de Auditoria Operacional, para fins de avaliar os serviços realizados, e o custeio dos mesmos; 7) Este serviço de Auditoria bem como a Comissão de Acompanhamento dos Contratos deverá, em até 6 meses, trazer para conhecimento e se necessário ao debate no Plenário a evolução, ou não, dos serviços do Hospital; 8) Em caso do Hospital não recuperar a pontencialidade para a prestação dos serviços previstos, a SMS deverá trazer propostas para contratualizar com outros prestadores. Das Observações: 1) Os valores previstos poderão ser aditivados, pela SMS, após o Hospital retomar a prestação dos serviços que até o momento estão em suspensos (maternidade, leitos clínicos, consultas, exames e outros); 2) Dentro dos encaminhamentos atuais, fica estabelecido a cedência de leitos, da Ala Santo Antonio 2, ao Hospital Escola da UFPEL; 3) Entre os leitos clínicos, tem a previsão de 3 leitos de isolamento (1 pediatra e 2 adultos). Colocado em votação foi aprovado por (21) Vinte e Um votos favoráveis, sendo unanimidade. **2. Homologação ou não sobre a nova composição da Mesa Diretora do CMS e encaminhamentos referentes à 1ª Vice Coordenadora.** A Secretária da Plenária pronuncia o parecer da Comissão Técnica. A comissão sugere, após apresentação feita pelo Coordenador Geral, a aprovação dos nomes e cargos apresentados, listados a seguir: Bianka Garcia (CREFITO) - 3ª Vice Coordenadora. Paulo Santos (CLS. Sítio Floresta) - 2º Secretário Mauren Moraes (HSCM) - 4ª Secretária. Conforme relatado na última Plenária, o conselheiro Márcio Torma, desistiu do cargo do 1º Vice Coordenador. Logo, a COMTEC recomenda tornar aberta a vaga do 1º Vice Coordenador. O Coordenador Belletti esclareceu o assunto aos presentes e não havendo manifestação em contrário colocou o parecer da COMTEC em votação sendo aprovado por 21 votos favoráveis. **3. Encaminhamentos referentes à Conferência Municipal de Saúde.** A Secretária da Plenária lê o parecer da Comissão Técnica e de Finanças. As comissões propõe a criação de uma comissão para iniciar e agilizar a realização da Conferência, e que estas tenham um maior número de atividades, com painéis diversificados, incluindo a visão dos prestadores, grupos de gestores, e de especialistas da área acadêmica. Devendo o custeio ser previsto, no orçamento municipal referente ao Conselho. Ficou relatado que a Etapa Estadual, ou seja, a 8ª Conferência Estadual de Saúde será realizada nos dias 24, 25 e 26 de maio de 2019, no Auditório Araújo Vianna, em Porto Alegre. E a etapa Nacional se realizará de 28 a 31 de julho de 2019, em Brasília. O RS tem direito a enviar 140 delegados para a 16ª Conferência

Nacional de Saúde. O Coordenador da Mesa, Luiz Belletti, comenta que na Conferencia Nacional serão apreciados 8 temas: 1) Saúde das pessoas com deficiência, 2) Assistência Farmacêutica e Ciência e Tecnologia; 3) Saúde Bucal; 4) Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora 5) Saúde Mental; 6) Saúde da População Negra; 7) Recursos Humanos e Relações de Trabalho; e 8) Orçamento e financiamento adequado e suficiente para o SUS. A Secretária de Saúde, Ana Costa, sugere que o evento, se possível, seja realizado próximo do dia 7 de abril de 2019 que inclui o *dia mundial da saúde*. O Coordenador da Mesa, Luiz Belletti, recomenda que façamos um encontro maior, para debater os temas, já que é extenso, tirar propostas em atividades anteriores e no dia da conferência aprofundar o conteúdo. Também enfatiza a dialogar com estudantes e docentes do ensino superior da área de saúde que podem discutir e contribuir na conferência. A conselheira Jacqueline Dutra representante do SINURGS observa que as pré conferências podem ser feita por setores, o que se tentou fazer anteriormente, e não se conseguiu, é não focar as pré conferências por segmento representada pelo Conselho de Saúde, atualmente fazemos por região da cidade, em visto disso, tira o foco das entidades, na última vez fui voto vencido em optar por essa ideia, o que sugeri é que fizesse as pré conferência por entidade com representação no conselho, também poderá entrar, nessa lógica, as pré conferências por universidade. O conselheiro Oscar Balbinot representante da Casa do Trabalhador comenta que recentemente esteve em Porto Alegre na Plenária do Conselho Estadual de Saúde, onde saiu uma moção relacionada à saúde do trabalhador e agricultura familiar, nossa comissão da CIST passou a fazer reuniões itinerantes, estamos trabalhando para fazer um 2ª evento de Saúde do Trabalhador. Em seguida das discussões, os conselheiros que se dispuseram a participar da comissão inicial foram: Luiz Guilherme Belletti, representante da Casa do Trabalhador, segmento de Usuários; Jaime Fonseca, representante da ABIG (Associação Beneficente Inova Guabiroba) segmento de Usuários; Tânia Oliveira, representante do CPERS (Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul) segmento de Usuários; Tânia Bighetti, representante do CRO (Conselho Regional de Odontologia) segmento dos Trabalhadores em Saúde; e Wladimir Durini, representante da SMS (Secretaria Municipal de Saúde) segmento dos Gestores e Prestadores. A Comissão inicial para preparar a Conferencia é aprovada por (18) Dezoitos votos favoráveis, sendo unanimidade. Na próxima Plenária do dia 22 de Novembro de 2018, a comissão apresentará uma proposta de Regimento Interno, local e data. **4. Exoneração de entidades da composição do Plenário do conselho e 5. Nova proposta descarte de recortes de jornais arquivados no CMS** serão apreciadas em uma próxima Plenária. Sendo o que havia para ser tratado, a reunião é encerrada às 20h10min, após será lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada, será encaminhada cópias a Prefeita Municipal, Promotoria de Pública de Justiça Estadual, à Câmara Municipal de Vereadores e às instituições que as requererem. Para conhecimento, registra-se para os devidos fins que as manifestações se encontram gravadas em arquivos eletrônicos.

Luiz Guilherme Belletti
Coordenador Geral

Tânia Bighetti
Secretário da Assembleia